



CENÁRIO SETORIAL: Projeto para mineração em terras indígenas tramita devagar e recebe críticas

07/05/2020 10:00:03 - Valor

Rafael Rosas

De Rio

O Projeto de Lei 191, que tramita no Congresso desde fevereiro, desperta defesas apaixonadas e críticas ferozes ao estabelecer diretrizes sobre a exploração mineral em terras indígenas. Atualmente, o texto, que admite “a outorga de permissão de lavra garimpeira em terras indígenas exclusivamente nas zonas de garimpagem previamente definidas pela ANM [Agência Nacional de Mineração], desde que haja consentimento das comunidades indígenas afetadas”, aguarda a criação de uma Comissão Temporária pela Mesa Diretora da Câmara dos Deputados. A meta inicial do secretário de Mineração do Ministério de Minas e Energia (MME), Alexandre Vidigal, era de que a tramitação do projeto fosse

concluída este ano, mas a crise global causada pela covid-19 “tornou tudo mais lento e nossas expectativas de prazo ficaram mais complicadas”. Ele defende o projeto, e afirma que “a hora que a sociedade compreender esse projeto, vai mais aplaudi-lo que criticá-lo.” “A mineração no Brasil é um patrimônio que tem que ser convertido em riqueza como o mundo inteiro faz, isso com absoluta compatibilidade com as melhores práticas de sustentabilidade e respeito às atividades indígenas”, afirmou Vidigal ao **Valor**. “Cumprimos o nosso papel com extremo rigor técnico, com respeito à norma, à Constituição e agora cabe à casa legislativa ter o seu encaminhamento”, acrescentou. Mas as críticas à viabilidade do projeto são várias. Luís Maurício Azevedo, presidente da Associação Brasileira de Pesquisa Mineral (ABPM), ressalta que a mineração em terras indígenas não atrai as grandes empresas mineradoras pela insegurança jurídica. Para ele, a atratividade seria para empreendedores de menor tamanho, hoje fundamentalmente ligados a atividades de garimpo. Azevedo diz que a recente valorização do ouro no mercado internacional aliada à situação econômica brasileira incentivou o aumento do garimpo ilegal na Amazônia. Ontem, a onça-

tróy para junho fechou cotada a US\$ 1.688,50, um expressivo aumento de 31,6% na comparação com um ano atrás, quando valia US\$ 1.282,85. Só este ano, a valorização é superior a 11%. Azevedo ressalta que, da produção anual de 97 toneladas em 2019, 27 toneladas vieram de garimpos não registrados. Ele defende uma proposta diversa do PL 191, de forma a “transformar o garimpeiro em um empresário consciente” e afirma que deve haver incentivos como licenças autodeclaratórias, proibição do uso de máquinas pesadas em determinadas áreas e uma política que estimule o pagamento de impostos ao longo da cadeia. Azevedo destaca que há um projeto sobre mineração de terras indígenas no Congresso desde 1989 e argumenta que a demora na solução da questão apenas estimula o garimpo ilegal. Sendo assim, diz que a discussão de uma proposta mais ampla poderia evitar danos. “O garimpo não faz home office”, alerta, dizendo que enquanto as discussões não avançam, a exploração ilegal continua. Sergio Leitão, presidente do Instituto Escolhas — que há cinco anos promove estudos relacionando questões sociais e ambientais com dados e análises

econômicas – frisa que o maior risco do PL 191 é deixar espaço “para quem quer operar ganhando e não arcando com o conjunto de salvaguardas que qualquer atividade hoje tem que ter.” Ele lembra que atualmente o setor de mineração passa por um momento de questionamento na sociedade brasileira devido aos recentes acidentes com barragens em Mariana e Brumadinho. Leitão destaca que, nesses casos, os rompimentos aconteceram em empresas legalizadas e que passavam por fiscalização. “A atividade é indispensável, gera insumos necessários, mas precisa encarar, como encarou em vários lugares do mundo, o questionamento como ela funciona, como gera riqueza, como propicia riqueza e, mais do que isso, como ela faz isso sem que seja fator de tensionamento social”, diz Leitão. Sobre o projeto apresentado pelo governo, ele afirma que o texto “tem várias questões ruins”, criando incertezas jurídicas para grandes empresas. “A grande questão do projeto é criar situação de vulnerabilidade em quem possa querer atuar em terra indígena com atenção e foco na responsabilidade e nos cuidados ambientais”, afirma, sugerindo o estudo sobre como situações semelhantes foram

resolvidas em países como Canadá e Austrália, que têm importantes reservas minerais e questões indígenas relevantes. “Fica parecendo que está num debate de sim e do não. Não é sim nem não. Tem um conjunto de sims e um conjunto de nãoos que precisam ser devidamente discutidos, analisados, colocados em questionamento para que a partir disso o debate no Congresso permita um avanço”, afirma. O professor da FGV Direito SP Thiago Amparo cita “questões jurídicas importantes” para que o PL 191 possa avançar no Congresso. Ele lembra normas internacionais como a Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT) e jurisprudências no sistema interamericano e afirma que “o contexto jurídico para proteção de povos indígenas não é favorável à aprovação de um PL que permite a exploração de terras indígenas.” “Legalizar situação de flagrante ilegalidade e inconstitucionalidade como hoje não vai resolver a política pública. Vai dar um revestimento de legalidade a algo que é inconstitucional”, afirma. 07/05/2020 08:51:22